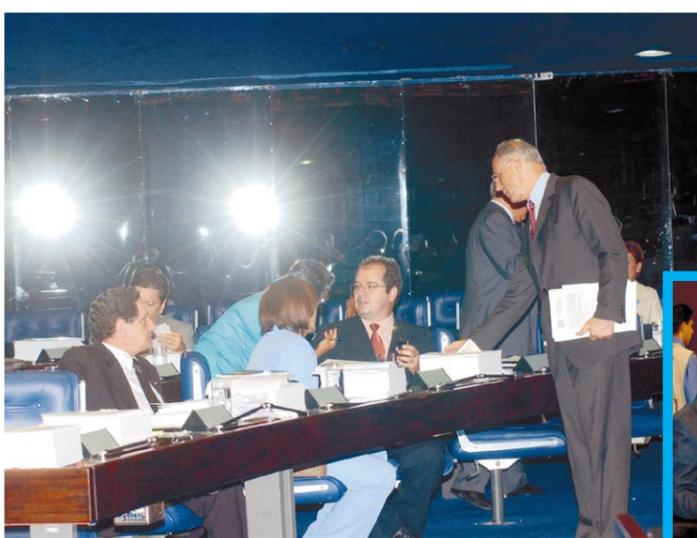


Com 336 emendas, reforma da Previdência volta à CCJ



Rosevelt Pinheiro

No último dia de discussão da proposta, 18 senadores ocuparam a tribuna para criticá-la ou defendê-la. A sessão, que começou às 14h30, só terminou às 22h25 de ontem

Páginas 4 e 5

DIA DE DEBATES Enquanto no Plenário os senadores realizavam o último dia de discussão das mudanças da Previdência, Sarney recebia governadores para analisar a reforma tributária



Gerardo Mergelo

Mantega: país retoma o crescimento em 2004

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que a partir de 2004 o Brasil estará pronto para retomar o crescimento. Ouvido em audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Mantega falou aos senadores sobre o Plano Plurianual de Investimentos (PPA), que prevê a criação de 7,8 milhões de empregos até 2007. A fim de elevar os recursos para infraestrutura, o ministro disse que o governo vai propor parcerias entre o setor público e o privado.



Célio Azevedo

Página 8

AUDIÊNCIA O ministro Guido Mantega (E) falou ontem sobre o PPA na Comissão de Infra-Estrutura (CI)



Renan vê avanço no desarmamento

Entidades que lutam contra violência entregam manifesto a Sarney. Líder do PMDB sai otimista do encontro.

Página 2

Agenda

Plenário examina propostas de emenda à Constituição

A sessão de hoje, às 14h30, é destinada, entre outros itens, à terceira sessão de discussão, em segundo turno, do projeto que institui as procuradorias jurídicas do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (PEC

nº 39/01); e à primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta que prevê a votação alternada, na Câmara e no Senado, das medidas provisórias (MPs), a fim de evitar a obstrução da pauta de votações (PEC nº 27/03).



Cem anos do Tratado de Petrópolis

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 11h, de sessão solene do Congresso Nacional, a ser realizada no Plenário do Senado. Trata-se de uma homenagem ao centenário da assinatura do Tratado de Petrópolis, que determinou a transferência do território do Acre para o Brasil.

CCJ pode ampliar vigência do Fundef

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se hoje, às 9h30, para votar emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual 2004-2007. Às 10h, o colegiado examina proposta que torna obrigatória a execução da programação da lei orçamentária (PEC nº 22/00) e medida (PEC nº 20/02) que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).



Comissões discutem emendas ao Orçamento

A discussão e votação de emendas à proposta do Orçamento da União para o próximo ano e ao Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 constam na pauta de

mais três comissões que se reúnem hoje: Comissão de Educação (CE), às 10h; Comissão de Legislação Participativa (CLP), às 10h; Comissão de Fiscalização

e Controle (CFC), às 11h30; e Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com reunião prevista após a ordem do dia.



Regras para transplantes na pauta da CAS

Na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 10h, será votada proposta que acrescenta, nos planos de saúde, a cobertura de despesas com cirurgia e transporte de órgãos para transplante (PLS nº 75/02). O colegiado também examina projeto para permitir a retirada, pelo Sistema Único de Saúde, de órgãos de doadores em hospitais não autorizados a realizar transplantes (PLS nº 126/02). Às 11h, haverá votação de emendas ao Orçamento e ao Plano Plurianual 2004-2007.

Conselho de Ética do Senado

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se hoje, às 15h, para a eleger o presidente do colegiado. Composto por 15 senadores e igual número de suplentes, o conselho foi criado para zelar pelo cumprimento do Código de Ética e do Regimento Interno da Casa, preservando a dignidade do mandato parlamentar.

Crédito para estatais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza hoje, a partir das 14h30, audiência pública com representante da Petrobras, que presta esclarecimentos sobre projeto, em tramitação na comissão, que abre o Orçamento de 2003 em favor das estatais, para dar crédito especial de R\$ 3,895 bilhões (PLN nº 05/03).

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



OTIMISMO Representantes de ONG, acompanhados por Renan (C), recebem apoio de Sarney (D) ao projeto que restringe uso de armas

Renan aponta avanço na luta pelo desarmamento

Representantes de entidades que lutam contra a violência e pela aprovação do Estatuto do Desarmamento foram recebidos ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem entregaram um manifesto. Acompanhando o grupo, Renan Calheiros (PMDB-AL) saiu otimista do encontro.

– Isso significa que, a cada dia, avançamos mais no rumo da aprovação da restrição à venda e ao uso da arma de fogo – observou.

De acordo com Renan, Sarney mostrou sensibilidade e disposição de ajudar, o que indica que, até o final do mês, o estatuto estará aprovado praticamente na forma em que foi votado anteriormente no Senado. O parlamentar também afirmou que, se for necessário, pedirá urgência para a deliberação da matéria em Plenário.

– Mas, para pedirmos urgência, é fundamental que tenhamos um acordo de mérito. Como não há ainda esse acordo e há tempo suficiente para a matéria ser votada, não vemos nenhuma razão para pedir urgência. Está tudo caminhando muito bem, as lideranças querem ajudar, o presidente da Casa quer ajudar. As expectati-

vas são as melhores possíveis observou.

O presidente da organização não-governamental (ONG) Viva Rio, Rubem César Fernandes, falou com o mesmo otimismo da reunião com Sarney. Disse que o presidente do Senado expressou o desejo de ver o estatuto aprovado e de recuperar alguns dispositivos do texto, como a marcação de data para o referendo sobre o fim do comércio de armas.

Rubem Fernandes também afirmou que Sarney demonstrou concordância com alguns pontos do texto que foram melhorados na Câmara, como o controle dos corretores de armas, os chamados *brokers*, e a questão da marcação da munição, que o presidente da Viva Rio define como importante instrumento para que se possa rastrear-la.

– O controle da munição é importantíssimo, isso está na proposta da Câmara e a gente obteve do presidente do Senado uma manifestação de que é de fato um avanço – disse.

O dirigente da ONG Viva Rio anunciou que conversará com o senador César Borges (PFL-BA), relator da matéria no Senado, sobre a questão dos *brokers*.

Celso Lafer visita o presidente do Senado

José Sarney recebeu ontem a visita de Celso Lafer, ex-ministro no governo Fernando Henrique Cardoso. Lafer disse ter conversado sobre o livro de memórias que o senador está preparando, que será “uma grande contribuição ao país”.

Também foi recebido por Sarney o presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Maurício Botelho, que forneceu ao senador informações sobre a empresa.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado apóia Celso Furtado para o Nobel

O Senado manifestou ontem apoio integral à candidatura de Celso Furtado ao Prêmio Nobel de Economia de 2004, de acordo com requerimento apresentado pelo líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP). A iniciativa recebeu o apoio de todos os líderes da Casa e 27 senadores discursaram ressaltando a importância do economista.

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário carta enviada ao economista Amartya Sen pedindo seu apoio à candidatura de Celso Furtado. Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou ações de Furtado quando ocupava o Ministério do Planejamento, que já alertava para a necessidade do controle inflacionário.

Jefferson Péres (PDT-AM) acrescentou que João Goulart optou pelo descontrole inflacionário, sem levar em conta o alerta de Celso Furtado. Roberto Saturnino (PT-RJ) ressaltou que Furtado integrou, em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), berço do pensamento econômico la-



Qualidades de Celso Furtado foram destacadas no Plenário

Divulgação

tino-americano. Pedro Simon (PMDB-RS) frisou que, cultuado como economista, Celso Furtado exerceu com sucesso a pasta da Cultura em 1986.

Os senadores nordestinos destacaram a importância de Celso Furtado, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959. Somaram-se no apoio ao requerimento os senadores do PMDB Renan Calheiros (AL), Ramez Tebet (MS), Maguito Vilela (GO), Ney Suassuna (PB), José Maranhão (PB), Hélio Costa (MG), Mão Santa (PI), Luiz Otávio (PA) e Garibaldi Alves (RN).

Discursaram pelo PFL os senadores José Agripino (RN), José Jorge (PE), Marco Maciel (PE), Efraim Moraes (PB), Antonio Carlos Magalhães (BA), César Borges (BA) e Heráclito Fortes (PI). Tasso Jereissati (PSDB-CE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Heloísa Helena (PT-AL) também manifestaram apoio.

Rodovia do Pará será ligada à Transamazônica

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei da Câmara dos Deputados que estabelece a ligação do trecho rodoviário Cameté-Limoeiro (PA-156) à BR-422 (novo repartimento) e à BR-230 (Transamazônica). O trecho tem extensão de 262 quilômetros e interliga os municípios paraenses de Limoeiro do Ajuru, Cameté e Tucuruí.

Em defesa da proposição (PLC nº 26/03), os autores da matéria argumentam que a via é a única ligação rodoviária da região do Baixo Tocantins com a Transamazônica e constitui o prosseguimento natural da BR-422, que não estaria completa sem a agregação da nova etapa. Em Plenário, pronunciaram-se a favor do projeto os senadores Luiz Otávio (PMDB-PA), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR). O projeto segue agora para a sanção presidencial.

Plenário aprova medida sobre intimação

O Plenário aprovou ontem, em turno suplementar, projeto que determina que a intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal será feita pessoalmente em qualquer processo e grau de jurisdição. O projeto, de iniciativa do Executivo, recebeu substitutivo do senador Pedro Simon (PMDB-RS) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A matéria (PLC nº 19/03) volta à Câmara dos Deputados. Também transcorreu ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição que cria a Procuradoria do Tribunal de Contas da União (PEC 67/2003). De autoria de Ney Suassuna (PMDB-PB), a PEC tem parecer favorável de Jefferson Péres (PDT-AM).

Veto de Lula a recurso para deficientes gera polêmica

Presidente recusa projeto do Congresso que prevê R\$ 8 milhões a entidades de ensino para deficientes

O vice-líder do governo, Hélio Costa (PMDB-MG), fará gestões junto ao Executivo para que o presidente Lula reveja veto a projeto que estende a entidades de ensino que atendem portadores de deficiência – como as Apaes e a Sociedade Pestalozzi – benefícios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Comissão de Educação (CE), Osmar Dias (PDT-PR).

A matéria provocou intensa discussão entre os senadores. O senador Flávio Arns (PT-PR) informou que o governo alega que o projeto “contraria o interesse público”.

– Pode-se dizer o mesmo do



Célio Azeredo

DISCORDÂNCIA Arns refuta justificativa de que projeto contraria interesse público

velhinho que vive mais de 90 anos. O atendimento ao deficiente contraria o interesse público porque tem impacto orçamentário e financeiro – destacou o senador.

Arns lembrou que a matéria, na época de sua votação, teve parecer favorável do Ministério da Educação e que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu apoio à medida.

José Jorge pede reunião do Congresso

O senador José Jorge (PFL-PE) fez um apelo ao presidente do Senado, José Sarney, para que convoque uma reunião do Congresso Nacional com o objetivo de derrubar o veto do presidente Lula à lei que inclui os alunos da educação especial no cálculo para a liberação dos recursos do Fundef. A lei foi aprovada no dia 15 de outubro e o veto foi publicado no *Diário*



Célio Azeredo

José Jorge quer apoio para derrubar veto

trás da medida do governo, está a prioridade à “regularização

Oficial da União de ontem.

– O governo vetou integralmente a lei sob a alegação de que feria o interesse público. Não vejo qual interesse público pode estar sendo ferido – afirmou José Jorge.

Em aparte, Heloísa Helena (PT-AL) observou que, por trás da medida do governo, está a prioridade à “regularização

das contas públicas do país”.

Já Serys Slhessarenko (PT-MT), que também tratou a medida como absurda, concordou com a necessidade de derrubar o veto. Para Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), aprovar o projeto seria uma boa resposta do Congresso à decisão do governo. O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), comprometeu-se a conversar com Sarney para tentar agendar uma reunião do Congresso para derrubar o veto do presidente Lula.

Efraim questiona se Lula tem lido o que assina

O líder da Minoria, senador Efraim Moraes (PFL-PB), condenou a atitude do presidente Lula de vetar projeto aprovado pelo Congresso Nacional que destinava R\$ 8,711 milhões para permitir o aumento do número de matrículas de crianças portadoras de necessidades especiais em instituições filantrópicas de ensino.

– Depois de humilhar os idosos acima de 90 anos, agora o governo recusa oito milhões de reais para crianças deficientes. Temo que amanhã as vítimas

do governo sejam os homens e mulheres que têm suas vidas arrasadas pela seca – disse Efraim, lembrando que a estiagem já começa a assolar boa parte do sertão nordestino, cerca de 70% dos municípios.

O presidente, conforme o senador, “alegou, e está no *Diário Oficial da União*, que tal gasto teria impacto financeiro insuportável para o governo. Não acredito que a quantia comprometa os recursos que o governo vai mandar para os países vizinhos, e nem que seja

uma grave desobediência ao FMI”, acrescentou.

O líder da Minoria perguntou se o presidente estaria lendo o que tem assinado.

– No passado, o discurso do PT era em defesa das minorias, e crianças portadoras de deficiência são minoria – observou.



Rosevelt Pinheiro

Para Efraim, despesa não afeta finanças

REFORMAS

Emenda da Previdência deve ter votação concluída em 15 de dezembro, enquanto o exame da proposta tributária pode se estender até 27 de dezembro, segundo entendimento de líderes partidários

Votação pode ir até 27 de dezembro

O presidente do Senado, José Sarney, reuniu-se na noite de ontem com os líderes partidários para discutir o calendário de votações das reformas propostas no início do ano pelo governo Lula. A previsão é de que a reforma previdenciária terá sua votação concluída em 15 de dezembro, enquanto o exame da reforma tributária pelo Senado pode se estender até 27 de dezembro, caso não haja um acordo entre governo e oposição que possibilite a deliberação em prazo inferior.

Os líderes Tião Viana (AC), do PT, e José Agripino (RN), do PFL, saíram da reunião explicando que o relatório da reforma tributária será lido hoje em Plenário, passando a transcorrer então o prazo de debate em cinco sessões deliberativas

para a emenda ser votada em primeiro turno. Depois, de acordo com o Regimento Interno, será necessário o cumprimento de um interstício de cinco dias úteis para a emenda ser votada em segundo turno.

José Agripino disse que os líderes do governo sugeriram a quebra desse interstício, idéia com a qual ele não concordou.

Relator da reforma previdenciária, Tião Viana afirmou que lerá hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seu parecer sobre as emendas. O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), deve conceder quatro dias de vista para o parecer. Assim, na próxima semana, as emendas serão votadas na CCJ. Depois, o texto será submetido a um segundo turno de votação em Plenário.

Esforço para aprovar mudança na Previdência

Reunido ontem com nove governadores, o presidente do Senado, José Sarney, pediu a unificação de esforços para que o Senado vote agora a proposta de reforma previdenciária, deixando para depois a reforma tributária. Estiveram com o presidente do Senado os governadores João Alves, de Sergipe; Jarbas Vasconcelos, de Pernambuco; Lúcio Alcântara, do Ceará; Ronaldo Lessa, de Alagoas; Vilma de Farias, do Rio Grande do Norte; José Reinaldo, do Maranhão; Simão Jatene, do Pará; Aécio Neves, de Minas Gerais; e o vice-governador da Bahia, Heraldo Tinoco.

Lúcio Alcântara destacou que Sarney não con-

sidera sensato misturar as duas reformas. O governador Ronaldo Lessa disse que os governadores apoiaram a idéia.

Com relação à criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento para compensar as perdas dos estados, Lúcio Alcântara observou que a idéia agrada à maioria dos governadores.

Sarney também recebeu ontem os governadores Marconi Perillo (GO), Zeca do PT (MS), Blairo Maggi (MT) e Marcelo Miranda (TO), da Região Centro-Oeste, empenhados em negociar alterações na reforma tributária, entre elas o adiamento para 2005 do prazo-limite para a concessão de incentivos fiscais.



Fotos: Roosevelt Pinheiro
AGENDA Terminou a discussão em primeiro turno

Muito debate e 336 emendas de Plenário

O Plenário fez ontem a quinta e última discussão da reforma da Previdência em primeiro turno, quando os senadores criticaram, defenderam ou fizeram sugestões de mudança. Também foi o último dia para apresentação de emendas à proposta, que volta hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com 336 emendas.

O relator da reforma, Tião Viana (PT-AC), apresentará seu parecer às emendas em reunião da CCJ marcada para as 10h. A votação do parecer de

Tião Viana, no entanto, só deve ocorrer na próxima semana, depois de concedidos quatro dias de vista aos senadores da CCJ, conforme acordo de líderes negociado ontem.

Ocuparam a tribuna 18 senadores, numa sessão que começou às 14h30 e terminou só às 22h25. No geral, o projeto recebeu críticas contundentes, como ocorreu nos outros quatro dias de discussão, mas alguns senadores reconheceram a necessidade de reforma, para evitar o colapso do sistema previdenciário.

LEONEL PAVAN



Efeito nocivo sobre qualidade dos serviços

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) condenou a cobrança de contribuição previdenciária de servidores públicos inativos, inserida na proposta de reforma da Previdência.

– Não faz sentido o aposentado ser descontado para financiar sua própria aposentadoria.

Pavan disse que a diminuição das expectativas de direito do funcionalismo acarretará efeito nocivo sobre a qualidade do serviço público. “Não podem ser impostos prejuízos aos inativos.”

MARCELO CRIVELLA

Caminho para aliviar sacrifício do funcionalismo

Ao discutir a proposta de reforma da Previdência, o senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse esperar que a base governista encontre um caminho melhor para negociar a aprovação da matéria. Para o senador, a decisão final sobre o assunto, que será do Plenário, ainda é passível de mudança.

Crivella acredita que o governo deverá encontrar um caminho para aliviar o sacrifício que o funcionalismo público está sendo chamado a fazer.



PAULO PAIM



Majoria não pode atropelar exame da proposta

O senador Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que o bom senso manda o governo negociar pontos da proposta de reforma da Previdência. Paim reafirmou que, se o texto que veio da Câmara não for modificado pelo Senado, ele não terá condições de votar a favor. O senador assinalou ainda que será um equívoco do governo adotar uma postura arrogante de achar que a maioria pode atropelar e aprovar a proposta de emenda constitucional sem negociar.

GARIBALDI ALVES

Preocupação com recursos economizados

O senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) se disse preocupado com o destino dos recursos que serão economizados com os cortes nas aposentadorias dos servidores públicos. Para ele, é essencial que o dinheiro seja investido, de modo a tornar mais justos os benefícios recebidos pelos trabalhadores do setor privado.

– O Congresso está se preparando para abolir direitos, mas não debate instrumentos que assegurem justiça ao sistema previdenciário – afirmou.



ARTHUR VIRGÍLIO



Ausência de governistas é falta de coerência

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), lamentou a ausência dos principais líderes governistas no debate sobre a reforma da Previdência, o que considerou “falta de coerência, de compostura, de princípios”, como se estivesse em discussão “o aniversário do América Futebol Clube”.

O senador perguntou onde está o partido “de militância aguerrida, capaz de virar, no segundo turno, uma eleição presidencial praticamente perdida”.

MÃO SANTA

Mudanças são perversas e criminosas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) qualificou a proposta de reforma da Previdência como perversa, estelionatária e criminosa. Ao ler artigo de autoria do presidente do PMDB, Michel Temer, considerando alguns pontos da proposta como inconstitucionais, Mão Santa sugeriu a Temer que “enquadre” o líder do partido no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), para que o parlamentar não se alie ao governo na aprovação da reforma.



REFORMAS

O Senado realizou o último dia de discussão da proposta de reforma da Previdência. Os senadores criticaram a falta de acordo durante os debates e disseram que a proposta desmantela o serviço público

EDUARDO SUPLYCY



Emenda evitará a falência do sistema

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a reforma da Previdência, ponderando que o sistema de aposentadorias do país caminha para a falência. Ele apontou como principais causas do problema a elevada informalidade do trabalho, o aumento na expectativa de vida e a redução do número de nascimentos.

Eduardo Suplicy observou que só com a contenção do déficit previdenciário será possível estender os benefícios sociais a todas as pessoas.

VALDIR RAUPP

Proposta "não é caldeirão de maldades"

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a Previdência Social no Brasil "está falida, desestruturada, desatualizada e exige modernização". Por isso, há necessidade de reforma, como já fizeram ou estão concluindo os países europeus.

– A reforma não é produto de um suposto caldeirão de maldades do Executivo. Ela parte do princípio de que, em longo prazo, a previdência do setor público, como existe hoje, está destinada ao colapso – afirmou.



PAPALÉO PAES



Criação de fundo complementar deixa dúvidas

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) criticou a proposta de criação de fundos de pensão para complementação da aposentadoria de servidores públicos, conforme está previsto na proposta de reforma da Previdência.

Ele disse que há uma série de dúvidas que ainda não foram respondidas pelos autores da proposta, como o impacto financeiro e social dos fundos, quem os administraria e qual a contribuição do governo.

EDUARDO AZEREDO

Servidores precisam de regras claras

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) defendeu uma regra clara de transição na reforma da Previdência para os servidores públicos que estão em idade de se aposentar por tempo proporcional de serviço.

Ele também não aceita a ideia de se impor um reductor para as pensões, geralmente vencimentos baixos e destinados a viúvas que dedicaram a vida à família. O senador quer ainda a paridade para aposentados portadores de deficiência.



FLÁVIO ARNS



Falta de entrosamento na discussão

O processo de discussão da proposta de reforma da Previdência no Senado recebeu críticas do senador Flávio Arns (PT-PR). "Minha consciência diz que foi algo muito injusto e que não deveria ter sido levado adiante sem um entrosamento de ideias", afirmou.

Flávio Arns condenou principalmente as mudanças dirigidas aos servidores públicos prestes a se aposentar, punidos com a exigência de mais anos de trabalho para pleitear o benefício.

EFRAIM MORAIS

Em favor da aprovação de emendas

A aprovação de emendas à proposta de reforma da Previdência foi apontada pelo senador Efraim Morais (PFL-PB) como "a última chance" de salvar o processo de discussão da matéria.

– Esse arremedo de reforma apenas transferiu para o servidor público brasileiro o ônus da ineficiência administrativa do sistema – declarou.

Efraim ofereceu diversas emendas, entre elas a que estabelece regras de transição que não punam os servidores da ativa.



CÉSAR BORGES



Governo está ferindo direitos adquiridos

O senador César Borges (PFL-BA) disse que o PT preferiu o "caminho da eliminação de direitos, que tanto combateu no passado", em vez da inclusão previdenciária.

Segundo ele, usando como argumento o rombo orçamentário, o governo está ferindo direitos adquiridos de quem já está abrigado no sistema, sem apresentar propostas para que milhões de brasileiros passem a contribuir com o objetivo de garantir suas aposentadorias.

LÚCIA VÂNIA

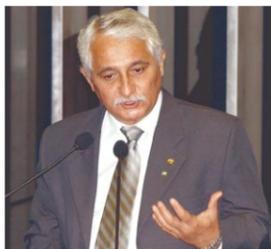
Redução nas pensões pode chegar a 40%

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a reforma da Previdência proposta pelo governo "é cruel" com aposentados e pensionistas, mas especialmente com esses últimos. Os futuros pensionistas com proventos superiores a R\$ 2.400 terão uma redução próxima de 40% em seus valores.

Outro ponto cruel, acrescentou, é a parte que determina que os atuais servidores não terão, depois de aposentados, os mesmos reajustes dos servidores da ativa.



AUGUSTO BOTELHO



Mudanças vão desmantelar o serviço público

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) disse que a aprovação da reforma da Previdência, na forma como está, vai desmantelar o serviço público, ferir direitos adquiridos, privatizar a previdência social de forma cruel, aumentar a pobreza e a concentração de renda e abarrotar o Judiciário de ações, devido ao grande número de inconstitucionalidades que contém.

O senador assinalou ainda que a reforma vai criar um sentimento de insegurança jurídica.

ALMEIDA LIMA

Congresso se distancia da população

O senador Almeida Lima (PDT-SE) ressaltou que, ao aprovar o corte de direitos adquiridos, o Congresso estará se "distanciando do povo".

Fazendo uma análise da postura do governo em relação às reformas, ele disse não acreditar que o PT e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenham mudado suas posições históricas.

– Na verdade, eles enganaram não apenas os companheiros de partido, mas todo o povo – observou o senador.



HELOÍSA HELENA



"Senado não é um anexo do Planalto"

"Espero que o Senado não se comporte como um mediocre anexo arquitetônico do Palácio do Planalto, e que nós senadores tenhamos a altivez e a autonomia para modificar essa proposta de reforma da Previdência e derrotá-la, se preciso for", afirmou a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Ela desafiou os partidários da reforma da Previdência a mostrar no texto da proposta algum ponto que beneficie os pobres e os trabalhadores informais.

SÉRGIO CABRAL

PEC paralela "é uma farsa descarada"

Para o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), a estratégia do governo de uma proposta de emenda à Constituição paralela para abrigar os temas polêmicos da reforma "é uma farsa descarada". Ele se disse espantado com o fato de uma PEC paralela citar em seu artigo 3º uma emenda ainda não aprovada, o que seria inconstitucional.

O senador deixou claro que, apesar de fazer parte da bancada governista, a sua lealdade não significa submissão.





RELEVÂNCIA Para Mozarildo, projeto vai facilitar ocupação das fronteiras amazônicas

Mozarildo elogia reativação do Calha Norte

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) aplaudiu convênio firmado entre o Ministério da Defesa e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para destinar R\$ 12 milhões à reativação do Programa Calha Norte. Criado em 1985, o projeto “sempre enfrentou dificuldades”, conforme o senador, apesar da sua importância para o desenvolvimento da Amazônia.

O Calha Norte, acrescentou Mozarildo, promoverá a ocupação das fronteiras do Amazonas, Pará, Amapá e Rondônia. Ele disse que o ministro da Defesa, José Viegas Filho, afirmou que a implantação do programa deve ser feita com rapidez.

O presidente do BNDES, Carlos Lessa, sustentou, ainda segundo o senador, que as universidades devem ser a ponta de lança do programa, realizando estudos, pesquisas e estágios universitários nas regiões do Calha Norte.

– A presença do governo federal, de maneira mais abrangente, é fundamental para impulsionar o desenvolvimento da Amazônia, garantir suas fronteiras e a integridade nacional – afirmou Mozarildo.

Para o senador, a Amazônia não é “um santuário intocável” e os brasileiros devem usufruir racionalmente os recursos da região.

ACM cobra votação do orçamento impositivo

■ Senador critica “medidas protelatórias” do PT para tentar adiar a apreciação da PEC de sua autoria

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) se disse entre “surpreso e decepcionado” com o ritmo da tramitação da proposta de emenda à Constituição (PEC), apresentada por ele há três anos, que institui o orçamento impositivo no país. Se os partidos costumavam declarar apoio unânime à iniciativa no governo Fernando Henrique Cardoso, hoje o parlamentar afirmou que a base de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria obstáculos, visando adiar a apreciação da matéria.

– No governo passado, o PT dizia que o país só se salvaria com orçamento impositivo – comentou Antonio Carlos, mostrando-se decepcionado



DECEPÇÃO Antonio Carlos cobra coerência dos governistas, que antes defendiam a proposta

com os artifícios de caráter protelatório invocados pelo partido, como pedido de vista e requisição de audiência pública, para adiar a votação da PEC. “Essa não é a melhor maneira de agir na vida pública”, emendou.

Na opinião do senador, em vez de lançar mão de medidas

protelatórias, a base governista deveria deixar que a matéria fosse posta em votação e, se for o caso, rejeitada pelos parlamentares. Antonio Carlos reconheceu ser um direito do Senado derrubar a proposição, mas adiantou que não vai consentir que se façam manobras para adiar sua apreciação. Se isso acontecer, ameaçou fazer o mesmo com matérias de interesse do governo.

Antonio Carlos também apontou divergências nas opiniões do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e do ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guido Mantega, sobre o orçamento impositivo. Enquanto Palocci teria sido categórico na defesa da medida, considerada “um passo importante para o equilíbrio das contas públicas”, Mantega disse achar difícil sua implementação, alegando que as finanças do país não permitiriam a aprovação de um orçamento de execução obrigatória.

PT não cria obstáculos à proposta, diz Tião Viana

O líder do Partido dos Trabalhadores no Senado, Tião Viana (AC), garantiu ontem ao senador Antonio Carlos Magalhães que o seu partido não pretende nem está dificultando a tramitação da proposta de emenda à Constituição, apresentada pelo parlamentar baiano, que estabelece o orçamento impositivo. Ele lembrou que historicamente o PT concordou com o tema.

O senador pelo Acre disse estar de acordo em discutir a implantação progressiva do orçamento impositivo. Ele registrou que o próprio ministro da Fazenda, Antonio Palocci, é favorável à idéia. Tião Viana declarou que concorda integralmente quanto ao mérito da proposição de Antonio Carlos.



CONCORDÂNCIA Tião Viana lembra que o ministro Palocci apóia o Orçamento impositivo

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou que o ministro Antonio Palocci e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, estarão, na próxima terça-feira, na

Comissão de Assuntos Econômicos para debater o acordo que o governo brasileiro firmou com o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com Suplicy, o tema “orçamento impositivo” também poderá ser debatido na reunião.

Já o senador Jefferson Péres (PDT-AM) elogiou a proposta do senador Antonio Carlos Magalhães, considerando-a de “extrema racionalidade”. Ele opinou que atualmente o orçamento é uma peça de ficção e que o governo, na sua execução, contingencia os recursos “ao seu bel-prazer”.

Essa possibilidade de reter verbas, completou o líder do PDT, alimenta o fisiologismo, ao possibilitar a troca da liberação de recursos por votos.



ALTERNATIVA Para Alberto Silva, produção do combustível pode contribuir para gerar empregos

Alberto Silva quer biodiesel de mamona

Ao comentar o crescente interesse pela produção do biodiesel no país, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) voltou a defender ontem que o combustível seja produzido a partir da mamona. Ele recordou que, há 25 anos, quando exercia a presidência da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), um grupo de químicos da Universidade Federal do Ceará estudava vegetais com potencial oleaginoso e extraiu do mameleiro o óleo desenvolvido com sucesso para movimentar motores a diesel.

O senador atribuiu o maior interesse pelo biodiesel ao caos do tráfico urbano, ao aumento da poluição e à escassez de óleos minerais. O parlamentar pediu mais recursos para o desenvolvimento da tecnologia de produção do combustível que, na sua opinião, pode representar uma solução para o problema do desemprego no país.

Alberto Silva relatou experiência ocorrida há três anos no semi-árido do Piauí, em que o cultivo da mamona permitiu que os produtores passassem a ter uma renda mensal de R\$ 1 mil. Com base nessa experiência, o senador sugeriu a criação de associações de lavradores para a produção de mamona e disse que esse projeto deve servir de exemplo para programas do governo Lula.

João Capiberibe preside CPI dos Transgênicos

O contrabando e o plantio ilegal de sementes de soja geneticamente modificadas no Brasil serão investigados pelo Senado Federal. Foi instalada ontem a CPI dos Transgênicos, objeto de requerimento do senador João Capiberibe (PSB-AP), eleito presidente do colegiado. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) foi eleito

vice-presidente, enquanto Capiberibe indicou o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) como relator dos trabalhos.

– O país não pode permitir que se subvertam suas leis e se introduzam sementes de forma clandestina – afirmou Capiberibe.

Após agradecer o convite para a relatoria, Quintanilha disse esperar

desenvolver um trabalho que atenda aos anseios da sociedade. “Trata-se de um assunto que incita grande movimentação, principalmente por parte dos produtores rurais”, acrescentou.

Amanhã, às 8h30, a CPI dos Transgênicos promove a sua primeira reunião administrativa para definir a agenda de trabalho.



Márcia Kolome

CONDUÇÃO Capiberibe (D) foi eleito presidente, e Jonas Pinheiro vice



Roosevelt Pinheiro

ADVERTÊNCIA Para Alvaro Dias, muitos alunos não terão como pagar mensalidade

Alvaro: MP da Cofins aumenta custo do ensino

As mensalidades escolares vão subir em razão do aumento da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) estabelecido pela Medida Provisória (MP) nº 135. É o que previu ontem o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), ao avaliar o impacto da MP sobre vários setores da economia, especialmente aqueles com uso intensivo de mão-de-obra.

– O aumento da Cofins vai elevar a 14,25% os tributos cobrados diretamente sobre a receita das mensalidades das escolas privadas. Esse aumento vai ser repassado imediatamente aos alunos, e muitos destes não terão como permanecer no ensino pago – disse o senador, explicando que as escolas já pagam 5% de Imposto Sobre Serviços (ISS), 1,65% de PIS e passaram a pagar 7,6% de Cofins.

Entre os setores mais atingidos pelo aumento da Cofins, Alvaro Dias citou a construção civil, os transportes, energia elétrica, comunicações e informática.

Congresso poderá ter participação mais ativa em acordos externos

Projeto aprovado pela CAE permite ao Legislativo opinar previamente sobre tratados

A proposta de instituição de um mandato negociador para permitir que o Congresso Nacional não apenas referende os acordos internacionais firmados pelo Brasil, mas também opine previamente sobre eles, foi acatada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os senadores da CAE aprovaram parecer favorável do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que estabelece esse instrumento.

A matéria (PLS nº 189/03) já havia sido aprovada pela Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e terá seu parecer final na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Se acatada por esta última, não precisará ser avaliada pelo Plenário, a menos que haja recurso nesse sentido, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

A intenção de Suplicy, de elevar a participação do Legislativo nas negociações de acordos e tratados, está inserida no projeto que também define objetivos, métodos e modalida-



José Cruz

COMPETÊNCIA Projeto de Suplicy determina que o Congresso acompanhará negociações

des em que se dará a participação do governo nas conversações. A proposta lista condições prévias a serem conferidas pelo Congresso, para que um acordo seja aprovado, tais como a expansão dos mercados e da capacidade produtiva do Brasil, além da geração de mais empregos e da expansão das exportações nacionais.

Competência

Como destacou Mesquita Júnior em seu relatório, a Constituição hoje reconhece como competência privativa do presidente da República celebrar tratados, enquanto ao Legislativo cabe a incumbência de referendar esses atos internacionais. Com a proposta de Suplicy, registrou o relator, o Legislativo participaria ativamente de todo o processo, acompanhando as negociações e emitindo relatórios sobre o que estiver sendo acordado, antes da assinatura decisiva do

ato internacional pelo presidente.

O autor da matéria manifestou sua satisfação e observou que a medida está sendo aprovada em “total harmonia com as diretrizes do Itamaraty”. De acordo com seu relato, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, expressou seu apoio

ao projeto e disse que a iniciativa irá dotar os acordos de maior legitimidade. Esse foi também o tom da manifestação do líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presente à reunião. Ele considera que a participação do Legislativo nos acordos fortalecerá as negociações.

Apoios

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Pedro Simon (PMDB-RS) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) parabenizaram Suplicy pela proposta. Simon disse que a medida terá relevância no relacionamento do Brasil com o exterior e para a imagem do país.

O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apoiou o projeto, mas lembrou que a matéria talvez devesse ser proposta sob a forma de emenda constitucional, já que se refere a assunto tratado pela Carta Magna.



José Cruz

META Proposta de Fernando Bezerra fortalece instituições controladas pela União

Benefício para bancos regionais

Os depósitos bancários de entidades privadas de serviço social ou de formação profissional vinculadas ao sistema sindical – como Sesc, Senac, Senai e Sesi – também poderão ser canalizados para instituições financeiras de caráter regional, desde que estejam sob o controle da União. Atualmente, os depósitos e consequentes aplicações financeiras são feitos somente no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal.

A decisão foi tomada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar, em decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 26/96, de Fernando Bezerra (PTB-RN), que segue agora para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para seu exame pelo Plenário do Senado.

Segundo Fernando Bezerra, o principal objetivo do projeto é fortalecer instituições bancárias localizadas em regiões menos desenvolvidas. Almeida Lima (PDT-SE) apresentou voto em separado, rejeitado pela comissão.

Vista para projeto sobre redução de alíquota do ISS

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu ontem vista coletiva do projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) – foto – que amplia a lista de segmentos que terão redução das alíquotas de cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS). A matéria recebeu voto favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR) e voltará a ser apreciada daqui a uma semana pela CAE.



Segundo explicou Jucá, o projeto (PLS nº 400/03) foi apensado a outro sobre o mesmo tema originário da Câmara e precisa ser votado até o fim deste ano, para poder surtir efeitos a partir de 2004. Conforme Jucá, a proposta de Mercadante foi elaborada para contemplar promessas feitas pelo governo federal no começo do ano.

Sai hoje decisão sobre emendas ao Orçamento

O senador Ramez Tebet informou que a CAE realizará hoje reunião extraordinária para decidir sobre as emendas que a comissão vai apresentar ao projeto de Orçamento da União de 2004. A reunião foi marcada para após a ordem do dia e ocorrerá, segundo Tebet, com qualquer número de integrantes da CAE, já que a data-limite para apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Orçamento (CMO) é a próxima sexta-feira.

Os senadores da CAE também aprovaram dois requerimentos de prorrogação de prazos para subcomissões temporárias. Uma das solicitações é do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e pede mais seis meses para a subcomissão que estuda o programa Fome Zero. Ney Suassuna (PMDB-PB) e César Borges (PFL-BA) pediram a prorrogação por 30 dias dos trabalhos da subcomissão que analisa o endividamento público.

Reajuste da tabela do IRPF tem votação adiada

A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu adiar para a próxima semana a votação do projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) – foto – que reajusta em 42,35%, já para o próximo ano, a tabela do Imposto de Renda de Pessoas Físicas (IRPF). O projeto também estipula que as tabelas de incidência do imposto sejam atualizadas em janeiro de cada ano, tomando por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).



A votação do projeto (PLS nº 46/03) foi adiada depois que o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou requerimento, aceito pelos membros do colegiado, propondo que o projeto em discussão fosse apensado à proposição de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que trata do mesmo assunto (PLS 361/03).

DEBATE NO SENADO

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, disse que o Brasil deve crescer 3,5% em 2004. Meta do Plano Plurianual é investir R\$ 1,84 trilhão em infra-estrutura

Brasil mantém meta de 4,25% para superávit

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou que o Brasil manterá a atual meta de superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano de 2004. A afirmação foi feita em resposta a questionamento do senador César Borges (PFL-BA).

O senador criticou a ortodoxia da política econômica do governo, que mantém um superávit primário muito elevado, impondo grandes sacrifícios à população brasileira.

Em resposta à senadora Ideli Salvatti (PT-SC), Mantega disse que a meta de superávit primário de 4,25% foi fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), em abril deste ano, e não no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ele comprometeu-se ainda, em resposta a Ideli, a reforçar a dotação para a duplicação da BR-101 na Região Sul, considerada a principal rodovia do Corredor do Mercosul.

Gasoduto não foi incluído, reclama Raupp

Durante a audiência com o ministro do Planejamento, Guido Mantega, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) reclamou que o gasoduto Urucu-Porto Velho não foi incluído no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) de 2004-2007.

Existe termelétrica já concluída na região, consumindo óleo diesel a um custo de R\$ 45 milhões por mês, sendo que o gás da bacia de Urucu poderia estar sendo utilizado a um custo menor e com menos impacto ambiental, observou o senador, um dos autores do requerimento para o comparecimento do ministro.

De acordo com Mantega, o investimento é de responsabilidade da Petrobras e deve ser feito por meio de uma parceria público-privada (PPP). Ele afirmou que a descoberta de jazidas de gás na região de Santos (SP) pode alterar a composição da matriz energética nacional.

PPA prevê criação de 7,8 milhões de empregos

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou ontem, durante audiência na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que o Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2004 a 2007 prevê um crescimento acumulado de 18,1% do Produto Interno Bruto (PIB), percentual capaz, segundo o governo, de criar 7,8 milhões de empregos.

Para que o crescimento seja sustentado, Mantega apontou a necessidade de investimentos em infra-estrutura, que seriam viabilizados pela melhoria dos indicadores macroeconômicos e pela redução das taxas de juros. Assim, afirmou o ministro, "de forma realista", o PPA para os próximos quatro anos prevê investimentos de R\$ 1,84

trilhão em transporte, logística, energia elétrica, petróleo, irrigação, saneamento e habitação.

Como prioridades de investimentos no país para os próximos quatro anos, Mantega destacou o fim do analfabetismo; a eliminação da fome, com atendimento de 11,4 milhões de famílias; o projeto Água para o Nordeste, com a revitalização da bacia do Rio São Francisco, capaz de beneficiar 11 estados; a interligação do sistema elétrico; a auto-suficiência em petróleo; e a integração regional da América do Sul.

Com base nos números sobre o crescimento da indústria em setembro, o ministro fez uma análise das perspectivas da economia, projetando taxas de

crescimento de 0,93% neste ano, 3,5% em 2004 e 5% em 2007. Ainda assim, ele disse que os números são conservadores e o país pode até crescer mais nos próximos anos.

– Esse seja talvez até um patamar modesto. O potencial é maior, mas é melhor errar para menos que para mais – disse o ministro.

Sobre a taxa de inflação prevista para o período, Mantega previu que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechará 2003 em 9,1%, e, em 2004, alcançará um patamar entre 5,5% e 6%, declinando, sob controle, até 4% em 2007. "Finalmente poderemos concretizar nosso sonho de crescimento com estabilidade", projetou.



CRESCIMENTO Mantega (E) disse aos senadores que país estará pronto para crescer a partir de 2004

Governo vai encaminhar projeto que cria parceria público-privada no Brasil

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, anunciou que vai encaminhar hoje ao Congresso Nacional o projeto de lei que detalha a proposta do governo para a realização de parcerias para investimentos em infra-estrutura, os chamados projetos de parcerias público-privadas (PPP).

O ministro considera os PPPs a saída para permitir o financiamento de importantes obras de infra-estrutura, inclusive por estados e municípios. A fórmula de investimentos sugerida pelo governo, disse Mantega, é fundamental para que se-

jam cumpridas as metas do Plano Plurianual (PPA) para o período 2004-2007, sobretudo as relativas a obras de infra-estrutura e serviços de utilidade pública.

Com a redução da capacidade de investir do Estado brasileiro por conta da crise fiscal e da necessidade de realização de superávits primários, o ministro explicou que os investimentos em infra-estrutura, necessários para sustentar o crescimento econômico, podem ser orientados pela nova modalidade que, alertou, não significa a privatização dos serviços

públicos nem a retirada do planejamento das mãos do poder público. Para isso, Mantega revelou que a proposta prevê a criação de um conselho para aprovação dos PPPs.

– O PPP é uma saída para salvaguardar um volume de investimentos suficiente, preservando o planejamento estatal. Não se trata de uma privatização, porque o Estado definirá que obra deverá ser feita, de acordo com as necessidades da população – analisou.

A proposta, de acordo com o ministro, não fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

José Jorge cobra marco regulatório

O governo precisa ser mais ágil e definir o novo modelo para o setor elétrico e os marcos regulatórios do setor de saneamento, inclusive com a criação de uma agência específica, para poder atrair investimentos privados.

Essa avaliação do presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador José Jorge (PFL-PE), foi transmitida ao ministro do Planejamento, Guido Mantega.

José Jorge, que foi ministro de Minas e Energia do governo Fernando Henrique Cardoso, reconheceu que o modelo elétrico adotado na gestão anterior não deu resposta adequada aos problemas de fornecimento de energia. Mas, na sua opinião, são inegáveis os resultados obtidos, com um acréscimo de 3 mil megawatts anuais contra os mil anteriores ao modelo. "Temos 7 mil megawatts sobrando", disse o presidente da CI.

Senadores pedem verbas para metrô

O ministro Guido Mantega admitiu que os recursos orçados para os oito metrô em construção no país (R\$ 70 bilhões), no próximo ano, não asseguram a continuidade das obras e informou que vários estados estão solicitando explicações sobre o modelo das parcerias público-privadas (PPP).

Ao senador César Borges (PFL-BA), que reclamou da falta de recursos, Mantega informou que o governo está revendo a carteira de pedidos de empréstimos externos, fonte financiadora de grande parte dessas obras.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que os argumentos do ministro para não liberar recursos para os metrô não são suficientes e que as seguidas paralisações das obras causam grandes prejuízos financeiros e sociais. Ele pediu que o governo dê prioridade às obras em andamento.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Romeu Tuma